

TERMO 27/2020 - CLT-SLT/DAA-SLT/DRG/SLT/IFSP

TERMO DE REFERÊNCIA
DISPENSA DE LICITAÇÃO
(COMPRAS)

IFSP - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO
CÂMPUS SALTO

COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 16-364/2020

(Processo Administrativo n.º 23313.000810.2020-90)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de Materiais Eletroeletrônicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (unitário)	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (total)
1	Fonte De Alimentação 110/220V - Saída Variável: simples - Tensão/Corrente Variável: 0~30V/0~5A - Saída Fixa: 5V/3ª - Alta estabilidade e Baixo ripple - Display 3 dígitos de fácil leitura para apresentação simultânea da tensão e corrente de saída; - Ajuste de Tensão e Corrente através de potenciômetros de precisão;	301035	UNI	5	567,93	R\$ 2.839,65
2	PLACA DE TREINAMENTO EM CIRCUITO - PLACA UNO R3 MAIS CABO USB PARA ARDUINO; MICROCONTROLADOR: ATMEGA328 (DATASHEET) REMOVIVEL; TENSÃO DE OPERAÇÃO: 5 V; TENSÃO DE ENTRADA: 7-12 V; PORTAS DIGITAIS: 14 (6	10618	UNI	50	71,85	R\$ 3592,5

	PODEM SER USADAS COMO PWM); PORTAS ANALÓGICAS: 6; CORRENTE PINOS I/O: 40 MA; CORRENTE PINOS 3,3 V: 50 MA; MEMÓRIA FLASH: 32 KB (0,5 KB USADO NO BOOTLOADER); SRAM: 2 KB; EEPROM: 1 KB; VELOCIDADE DO CLOCK: 16 MHZ.					
3	BATERIA TIPO BOTÃO LR44 ALCALINA (1,5V) TENSÃO NOMINAL 1,5 V; NÃO RECARREGÁVEL; BUTTON CELL; SECA / BATERIA TIPO BOTÃO LR-44; APLICAÇÃO: EM APARELHOS ELETROELETRÔNICOS PORTÁTEIS; COMPOSIÇÃO SEM CÁDMIO E MERCÚRIO; A BATERIA DEVE SER NOVA, EM EMBALAGEM LACRADA DO FABRICANTE CONTENDO A DATA DE VALIDADE, QUE DEVE SER DE, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO MATERIA	53171	UNI	50	2,61	R\$ 130,50
4	FUSÍVEL VIDRO - FUSÍVEL VIDRO, CORRENTE NOMINAL 200 MA, TENSÃO NOMINAL 250 V, DIÂMETRO NOMINAL5 MM, COMPRIMENTO NOMINAL 20 MM	124	UNI	300	1,30	R\$ 390,00
5	FUSÍVEL VIDRO - FUSÍVEL VIDRO, CORRENTE NOMINAL 400 MA, TENSÃO NOMINAL 250 V, DIÂMETRO NOMINAL5 MM, COMPRIMENTO NOMINAL 20 MM	124	UNI	300	1,30	R\$ 390,00
6	FUSÍVEL VIDRO - FUSÍVEL VIDRO, CORRENTE NOMINAL 3 A, TENSÃO NOMINAL 250 V, DIÂMETRO NOMINAL5 MM, COMPRIMENTO NOMINAL 20 MM	124	UNI	300	1,30	R\$ 390,00
7	FUSÍVEL VIDRO - FUSÍVEL VIDRO, CORRENTE NOMINAL 6 A, TENSÃO NOMINAL	124	UNI	300	1,30	R\$ 390,00

	250 V, DIÂMETRO NOMINAL5 MM, COMPRIMENTO NOMINAL 20 MM					
8	FUSÍVEL VIDRO - FUSÍVEL VIDRO, CORRENTE NOMINAL 10 A, TENSÃO NOMINAL 250 V, DIÂMETRO NOMINAL5 MM, COMPRIMENTO NOMINAL 20 MM	124	UNI	300	1,30	R\$ 390,00
9	LED DIFUSO. COR: AMARELO. DIÂMETRO: 5MM. TENSÃO NOMINAL: 2V APROXIMADAMENTE. CORRENTE NOMINAL: 20 MA	196910	UNI	600	0,34	R\$ 204,00
10	LED DIFUSO. COR: AZUL. DIÂMETRO: 5MM. TENSÃO NOMINAL: 2V APROXIMADAMENTE. CORRENTE NOMINAL: 20 MA	196910	UNI	600	0,63	R\$ 378,00
11	LED DIFUSO. COR: VERDE. DIÂMETRO: 5MM. TENSÃO NOMINAL: 2V APROXIMADAMENTE. CORRENTE NOMINAL: 20 MA	196910	UNI	600	0,33	R\$ 198,00
12	LED DIFUSO. COR: VERMELHO. DIÂMETRO: 5MM. TENSÃO NOMINAL: 2V APROXIMADAMENTE. CORRENTE NOMINAL: 20 MA	196910	UNI	600	0,35	R\$ 210,00
13	Super Led Alto Brilho Rgb 5 mm	196910	UNI	200	1,43	R\$ 286,00
14	PLACA MONTAGEM CIRCUITO ELETRÔNICO, PLACA MONTAGEM CIRCUITO ELETRÔNICO Conforme especificações complementares: Mini Protoboard 170 Furos	150309	UNI	50	9,44	R\$ 472,00
15	MÓDULO ELETRÔNICO - MÓDULO ELETRÔNICO, MODELO VERSÃO: V2.0 + EDR, USO COMUNICAÇÃO S/FIO ENTRE DISPOSITIVOS MÓVEIS, TIPO MÓDULO BLUETOOTH RS232 HC-05, FREQUÊNCIA 2,4 GHZ, TENSÃO OPERAÇÃO 3,3 V, COMPONENTES	439760	UNI	30	42,83	R\$ 1.284,90

	FIRMWARE: LINVOR 1.8, PROTOCOLO 9600,8,1,N					
16	CONVERSOR, TENSÃO ENTRADA 0 - 5 V TENSÃO SAÍDA 240 VCA TIPO MODULO RELE 1 CANAL, COM OPTOACOPLADOR E LED INDIC CORRENTE NOMINAL 10 A. 1NA + 1 NF	442417	UNI	80	14,00	R\$ 1.120,00
17	ARDUÍNO MÓDULO RELÉ 2 CANAIS. TIPO DIGITAL, PLACA DE DOIS CANAIS COM DOIS RELÉS E CIRCUITOS DE DRIVER OPTOACOPLADOS; SINAL DE CONTROLE EM NÍVEL TTL, BOBINA 5 VDC 15-20 MA; CARGA NOMINAL DO RELÉ: 12 A 125 VAC, 7 A 250 VAC; CARGA NOMINAL DO MÓDULO: 10 A; FUROES DE 3 MM PARA FIXAÇÃO; TEMPO DE ACIONAMENTO DE CONTATO: 10 MS.	196910	UNI	40	15,88	R\$ 635,20
18	Sensor eletrônico, tipo sensor: umidade e temperatura, referência: dht11, características adicionais: com termistor ntc e hr202, temperatura trabalho: 0 a 50 °c, tensão alimentação: 5 v, faixa umidade: 20 a 90 per Características adicionais: referência SENSOR DE TEMPERATURA UMIDADE DHT11, para utilização em Arduíno.	439794	UNI	20	14,59	R\$ 291,80
19	TRCT500 MÓDULO AMPLIFICADOR - MÓDULO SENSOR INFRAVERMELHO SEGUIDOR DE LINHA, BASEADO NO SENSOR TCRT5000. CONEXÃO SIMPLES DE 3 FIOS (VCC, GND E OUT). POTENCIÔMETRO PARA AJUSTE DA SENSIBILIDADE DO SENSOR PARA FACILITAR A	196910	UNI	100	13,48	R\$ 1.348,00

	CONSTRUÇÃO DO PROTÓTIPO SEM NECESSIDADE DE IMPLEMENTAR AJUSTE NO SOFTWARE DO MICROCONTROLADOR. ESPECIFICAÇÕES: SENSOR TCRT5000; DISTÂNCIA DE DETECÇÃO 1 MM ~ 8 MM; POSSUI POTENCIÔMETRO PARA AJUSTE DA SENSIBILIDADE; TENSÃO DE OPERAÇÃO 3,3 V-5 V; SAÍDA DIGITAL TTL; FURO PARA PARAFUSO FIXO PARA FÁCIL INSTALAÇÃO; CORRENTE DE OPERAÇÃO 18-20 MA; INTERFACE DE LIGAÇÃO 3 WIRE (3 FIOS).					
20	Sensor de temperatura LM35 Tensão de Alimentação: 4 - 30VDC; Escala de medição: °C - (Centígrados) Fator de escala: 10mV / °C Range de resposta: -55°C à 150°C Precisão: 0,5°C Consumo de corrente máximo: 60uA	196910	UNI	40	8,45	R\$ 338,00
21	SENSOR, ELETRÔNICO ULTRASSÔNICO, REFERÊNCIA HC-SR04, CIRCUITO EMISSOR E RECEPTOR ACOPLADO, TIPO ELETRÔNICO, TENSÃO OPERAÇÃO 5V, APLICAÇÃO DETECÇÃO E ALARME	440272	UNI	20	18,81	R\$ 376,20
22	ACESSORIO DE PONTE FIXA - DRIVER MOTOR PONTE, H L298N, BASEADO NO CIRCUITO TIPO PONTE H PARA CONTROLE DE MOTOR DC. DOIS CANAIS. CONTROLE DE VELOCIDADE E SENTIDO DE ROTAÇÃO DE ATÉ DOIS MOTORES AO MESMO TEMPO. TERMINAIS PARAFUSÁVEIS FUROS NAS EXTREMIDADES DA PLACA PARA	58467	UNI	10	25,50	R\$ 255,00

	<p>FIXAÇÃO AO PROTÓTIPO. PINAGEM: OUTPUT A: CONEXÃO DO MOTOR 1. OUTPUT B: CONEXÃO DO MOTOR 2; +5 V: A PLACA POSSUI UM REGULADOR DE TENSÃO 5 V INTEGRADO, E ESTE REGULADOR PODE SER ACIONADO PELO JUMPER 5 V ENABLE CASO A ALIMENTAÇÃO DA PLACA SEJA DE 7 V 35 V. INPUT: QUATRO ENTRADAS DE CONTROLE IN1, IN2, IN3 E IN4. IN 1: PWM PARA A VELOCIDADE DO MOTOR 1; IN 2: SINAL DIGITAL PARA SENTIDO DE ROTAÇÃO DO MOTOR 1 (NÍVEL 0 > HORÁRIO E NÍVEL 1 ANTI-HORÁRIO); IN 3: PWM PARA A VELOCIDADE DO MOTOR 2; IN 4: SINAL DIGITAL PARA SENTIDO DE ROTAÇÃO DO MOTOR 2 (NÍVEL 0 > HORÁRIO E NÍVEL 1 ANTI-HORÁRIO). DADOS TÉCNICOS: CIRCUITO INTEGRADO DO DRIVER L298N; QUANTIDADE DE CANAIS 2; TENSÃO MÁXIMA DE ALIMENTAÇÃO 7 35 V; TENSÃO DE OPERAÇÃO 5 V; CORRENTE MÁXIMA POR CANAL 2 A; CORRENTE MÁXIMA POR ENTRADA DIGITAL 36 MA; LIMITES DE TEMPERATURA -20° C 135° C; POTÊNCIA MÁXIMA DISSIPADA 25 W; DIMENSÕES 43 MM X 43 MM X 27 MM; PESO 30 G.</p>					
23	<p>INTERRUPTOR CHAVE GANGORRA DE PASSAGEM PARA CENTRO DE CABOS 2A 250V PRETO. KCD1- 112</p>	40916	UNI	50	4,45	R\$ 222,50
24	<p>CHAVE ALAVANCA 3T 3P - 3A, ref.: MTS-103,</p>	13773	UNI	100	3,40	R\$ 340,00

	ou produto similar/ superior					
25	Espaguete Termo retrátil 4mm x 1m	424815	UNI	50	3,41	R\$170,50
26	Abraçadeira Nylon 15cm / Pct 100 unidades	5983	PCT 100	10	18,80	R\$ 188,00
27	Abraçadeira Nylon 20cm / Pct 100 unidades	5983	PCT 100	10	16,18	R\$ 161,80
28	Circuito Integrado Lm741	244436	UNI	100	1,14	R\$ 114,00
29	Resistor 150 Ohm 1/4W	44180	UNI	3000	0,12	R\$ 360,00
30	Resistor 330 Ohm 1/4W	44180	UNI	3000	0,05	R\$ 150,00
31	Resistor 1k Ohm 1/4W	44180	UNI	3000	0,06	R\$ 180,00
32	Resistor 2k2 Ohm 1/4W	44180	UNI	1000	0,20	R\$ 200,00
33	Resistor 10k Ohm 1/4W	44180	UNI	3000	0,08	R\$ 240,00
34	Transistor TIP41C	246547	UNI	100	1,41	R\$ 141,00
35	Transistor BC547	246547	UNI	200	0,88	R\$ 176,00
36	Motor de Passo NEMA 23 - 15 kgf.cm / 3A	21393	UNI	10	237,50	R\$ 2375,00
37	Driver Motor de Passo A4988 C/ Dissipador de Calor	20540	UNI	12	14,32	R\$ 171,84
38	Shield Para Arduino Mega Ramps 1.4	20540	UNI	3	56,45	R\$ 169,35
39	SENSOR DE UMIDADE DO SOLO HIGRÔMETRO: TENSÃO DE OPERAÇÃO: 3,3- 5V; SENSIBILIDADE AJUSTÁVEL VIA POTENCIÔMETRO; LED INDICADOR PARA TENSÃO; LED INDICADOR PARA SAÍDA DIGITAL; COMPARADOR LM393; DIMENSÕES DA PLACA: 30MM X 15 MM; DIMENSÕES DO SENSOR: 60MM X 20 MM; COMPRIMENTO DO CABO: 210 MM.	41386	UNI	20	8,85	R\$ 177,00
40	CONTATOR TRIPOLAR; Tensão da Bobina 220V, Corrente nominal 22A; 3 Contatos Principais; Contatos Auxiliares 2NA + 2 NF;. Ref: Jx1 JNG	51934	UNI	15	75,33	R\$ 1.129,95
41	Rele de Sobrecarga Termico de 15A a 23A Número de Contatos Principais: 3 Número de Contatos Auxiliares: 1NA - 1	10410	UNI	5	140,00	R\$ 700,00

	contato normalmente aberto; INF - 1 contato normalmente fechado					
42	Quadro elétrico, material chapa aço, altura 400 mm, largura 400 mm, profundidade 200 mm, componentes fecho fenda metálica, placa de montagem, porta re m, aplicação comando temporizadores partida de selfs ar-condic ., características adicionais com flange na parte inferior, grau proteção ip54, cor placa laranja; caixa e tampa bege, acabamento fosfatização à base de fosfato de ferro, tipo sobrepôr, revestimento pintura eletrostática epoxi a pó, referência fabricante ce4040-20 (cemar), normas técnicas nbr 62208	326254	UNI	6	187,82	R\$ 1.126,92
					TOTAL:	R\$ 24.403,61

1.2. O prazo de vigência da aquisição é de 12 (doze) meses ou até a entrega do quantitativo total dos produtos adquiridos, o que primeiro ocorrer, contados da emissão da nota de empenho, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A finalidade dessa aquisição é para equipar os laboratórios da indústria do Câmpus Salto, para a produção de experimentos e projetos, bem como à construção de bancadas didáticas a serem utilizadas pelos cursos técnico em automação e engenharia de controle e automação.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os materiais a serem adquiridos enquadram-se na definição de “bens comuns”, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do envio da nota de empenho, em remessa única, no seguinte endereço Rua Rio Branco, nº 1780 – Vila Teixeira, Salto/ SP, CEP 13320-271, no Almoxarifado.

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de

Referência;

5.1.2. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.5. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

6.1.1.1 O *objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão* em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação

mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \left(\frac{6}{100} \right) \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 12.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 12.1.5. cometer fraude fiscal;

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 12.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 12.2.2. multa moratória de 0,3 % (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 12.2.3. multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 12.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 12.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 12.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 12.1 deste Termo de Referência.

12.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.3. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.5, 12.2.6 e 12.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 12.4.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 12.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

12.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

13.1. O custo estimado da aquisição é de R\$ 24.403,61

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

14.1. **Gestão/Unidade:** 158364 / 26439

Fonte: 8144 000 000

Programa de Trabalho: 12.363.5012.20RL.0035

Elementos de Despesa:

Item 1	=	44.90.52. <u>38</u>	- R\$	2.839,65
Item 2 ao 24, 28, 29 ao 41	=	33.90.30. <u>26</u>	- R\$	19.916,74
Item 25, 26, 27 e 42	=	33.90.30. <u>24</u>	- R\$	1.647,22

Salto, 28 de outubro de 2020.

Guilherme Marciano Gonçalves - TAI/SLT (Requisitante)

Nilson Roberto Inocente Júnior - ECA/SLT (Requisitante)

Elton Tavares Rosa - CLT/SLT (Membro Equipe Planejamento Aquisições - Port. SLT0069/2020)

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico - Compras

Atualização: Julho/2020

Documento assinado eletronicamente por:

- Nilson Roberto Inocente Junior, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 28/10/2020 15:47:31.
- Guilherme Marciano Goncalves, TECNICO DE LABORATORIO AREA, em 28/10/2020 13:30:47.
- Elton Tavares Rosa, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO, em 28/10/2020 12:16:22.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 27/10/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsp.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 108535
Código de Autenticação: 505167b614

